

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TRAJETÓRIAS ATLÂNTICAS: CAMINHOS DE HISTÓRIA NA VINDA DOS ESTUDANTES AFRICANOS BOLSISTAS DO ITAMARATY PARA O BRASIL (1961-1962)

Viviane Lima

Doutoranda no PPGH – UFC

viviane.lima@alu.ufc.br

Na edição de 12 de janeiro de 1962, a revista *Fatos e Fotos*, publicação semanal da Editoria Bloch, destinou duas páginas para noticiar a chegada à Bahia do primeiro grupo de estudantes que vinha ao Brasil custeado com bolsas do Itamaraty para cursar o ensino superior. A reportagem ganhou o título "A África volta à Bahia" e ilustra bem como o governo brasileiro, no início da década de 1960, tentava exhibir seus fortes laços com a África na busca de estabelecer parcerias diplomáticas, políticas e econômicas.

Os estudantes recém-chegados eram, em sua maioria, provenientes de nações africanas recém independentes, Nigéria, Gana, Senegal e Camarões. O tom da reportagem já referida se esforçava em criar uma aparente intimidade entre os estudantes africanos e o Brasil. A ligação histórica entre africanos e brasileiros é destacada na fala de um bolsista nigeriano, não identificado pela reportagem: "Nossos antepassados estiveram aqui. Os africanos participaram da formação etnológica e social da raça brasileira".

A partir da declaração, podemos inferir que o estudante entrevistado tenha querido enfatizar que eles não se sentiam estranhos à cultura brasileira, embora nunca tenham estado no Brasil antes. A fala do bolsista se assenta em todo o discurso oficial criado à época pelo governo brasileiro interessado em um conquistar novos parceiros no continente africano. Após o fim do tráfico transatlântico de escravos ao longo dos séculos XVI e XIX, houve um grande período de silenciamento nas relações entre o Brasil e a África.

Um programa governamental de bolsas de estudos para africanos era parte de uma recém criada política africana, uma das diretrizes da Política Externa Independente iniciada na gestão de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e, em certa medida,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

continuada pelo seu sucessor João Goulart (1961-1964)¹. Em plena Guerra Fria, o governo brasileiro implementava um redirecionamento da política externa brasileira buscando se distanciar da zona de influência dos EUA e buscar novos aliados, principalmente, no então chamado Terceiro Mundo.

Para Henrique Altemani Oliveira e Fernando Mourão (2005, p. 53), as ações da nova política externa brasileira tinham como objetivo conferir ao Brasil papel de liderança e de maior influência entre os demais países do chamado Terceiro Mundo. “(...) A Política Externa Independente aproximou o Brasil das teses terceiro-mundistas, sem que o Brasil tivesse uma postura terceiro-mundista, mas sim de um país englobado no Terceiro Mundo”.

O objetivo deste artigo é analisar como os estudantes africanos bolsistas do Itamaraty se inseriram no projeto diplomático brasileiro de aproximação com a África. Pretendemos ainda problematizar as experiências deles diante dos discursos construídos pela diplomacia brasileira e por outros setores, como intelectuais e imprensa. Importante destacar que os discursos oficiais faziam um duplo movimento, porque construíam uma imagem dos estudantes (africanos), representantes de uma África imaginada no Brasil; e ainda projetavam uma imagem do Brasil para “africano ver”².

Nessa condição de “outro” da história, as narrativas e experiências desses estudantes, que pretendemos evidenciar neste artigo, provocam “erosões” (CERTEAU, 2011, p. 107) no imaginário brasileiro construído sobre eles/africanos e sobre a(s) África(s) a qual pertenciam. Uma rápida consulta às fichas preenchidas pelos estudantes africanos no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade (Federal) da Bahia, onde eles permaneceram três meses realizando um curso de português e de realidade brasileira, dá uma nítida noção da diversidade dos dois primeiros grupos de

¹ Para Patrícia Soares Leite (2011, p. 102), apesar de os governos de Jânio Quadros e João Goulart darem atenção especial ao continente africano em sua política internacional, principalmente em seus discursos, eles se diferenciavam na prática. De acordo com Leite, a PEI de Quadros concentrou-se em medidas, práticas como a criação de embaixadas e acordos culturais com países africanos a fim de incentivar a aproximação e o conhecimento mútuo. Já o Governo de João Goulart, segundo a autora, buscou o apoio africano para o estabelecimento de um grupo de países nas questões da cooperação Sul-Sul, com vistas a fortalecer o papel do bloco na geopolítica mundial e em questões econômicas.

² A expressão faz referência ao trabalho de Paulina L. Alberto, no artigo **Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial (1961-1963)**. Revista Afro-Ásia, nº 22, 2011. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_PLAlbero.pdf>. Acesso em: 01/12/2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

bolsistas africanos que chegaram ao Brasil, entre 1961 e 1962, beneficiados com bolsas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O primeiro grupo de estudantes africanos, que desembarcou no Brasil no final de dezembro de 1961, era composto por 15 jovens provenientes de seis diferentes territórios. Da Nigéria, vieram Abiodun Oni, Olumuyima Opaleye, Kehindé Onajin, Abiodun Fashina e Akin Akinpelu. De Gana, chegaram ao Brasil Samuel Eduku, Yan Offe-Boateng, Akuamea Ose, Afonse Frepomg e Francis Quaye. Claude Cross (embora francês) veio do Senegal, assim como a única mulher do grupo, Collete Simone Diallo. Da República dos Camarões, Paul Etamé Ewane integrou-se ao grupo.

No grupo, também vieram dois estudantes oriundos de colônias portuguesas, embora o programa de intercâmbio do Itamaraty não contemplasse, inicialmente, bolsas de estudos para territórios não autônomos. Cristóvão Nascimento de Moraes, de Cabo Verde; e Fidelis Cabral D'Almada, de Guiné Bissau, vieram ao Brasil preenchendo a cota de bolsas destinada pelo governo brasileiro a Senegal³. Fidelis Cabral era quadro do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e, juntamente, com Moraes atuaram no Brasil como militantes da causa da independência das colônias portuguesas.

O segundo grupo de estudantes africanos chegou ao Brasil no segundo semestre de 1962 e era composto por seis jovens nascidos em Gana e na Nigéria. Benjamim Clottey, Hope Bediako e Adelaide Edu (segunda mulher entre os bolsistas africanos) vinham de Gana e foram selecionados pelo próprio governo. Já os nigerianos Kayode Adelaja, Oludatum Orija e Edwin Onwawoma foram selecionados a partir de contatos com o leitor brasileiro em Ibadan e pesquisador do CEAO, Vivaldo da Costa Pinto.

Além das diferentes origens, as fichas do CEAO registravam ainda informações sobre formação e ocupação anteriores, línguas faladas, idade, estado civil e preferências de curso no Brasil. Mesmo os perfis resumidos dão uma ideia da diversidade dos africanos que vinham ao Brasil como bolsistas do Itamaraty. Mas nos primeiros anos da década de 1960, pouco se sabia no Brasil sobre o continente africano na contemporaneidade.

³ A concessão dos passaportes senegaleses a africanos vindos das colônias administradas por Portugal foi uma estratégia do presidente Léopold Senghor para trazer para o Brasil militantes da causa de independência africana. Senghor foi um importante aliado dos movimentos nacionalistas africanos e se empenhou em tentar convencer o governo brasileiro a intermediar um acordo entre Portugal e os nacionalistas africanos das colônias. (DÁVILA, 2011, p. 146)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Jerry Dávila (2011, p. 15), a África que fazia sentido para a diplomacia e intelectuais brasileiros era aquela que refletia a cultura brasileira. “(Eles) Olhavam a África e viam o Brasil”.

A chegada dos estudantes africanos à “África no Brasil”

A escolha da Bahia como a primeira cidade brasileira em que os bolsistas permaneceriam para terem aulas de português e de realidade brasileira tem um grande valor simbólico. A cidade de Salvador, propagada como a “África no Brasil”, era um cartão postal para o discurso do governo brasileiro sobre as relações históricas e culturais entre Brasil e a África. Centro do comércio tradicional e de escravos vindos da África Ocidental, principalmente da região onde hoje fica a Nigéria, Salvador é reconhecida, até internacionalmente, por preservar vestígios das línguas e das práticas culturais iorubas.

Segundo Jocélio Teles dos Santos (2005, p. 22), a partir da década de 1950, políticas oficiais construíram a imagem de uma “Bahia negra”, berço e celeiro das tradições afro-brasileiras. A Bahia, com sua majoritária população negra, vivia desde os anos 1930 um despertar de interesse da cultura de matriz africana expressa, especialmente, nos terreiros de candomblé de matriz ioruba. Os terreiros de candomblé eram frequentados por intelectuais e políticos e seus sacerdotes, babalorixás e yalorixás, sonhavam em poder visitar as terras de seus parentes ancestrais, na África, para reforçar a “pureza” de seus terreiros (REIS, 2010, p. 18).

Esse peso simbólico da capital baiana se somou às articulações do CEAO, principalmente na figura do seu fundador e primeiro diretor, o português radicado no Brasil, Agostinho da Silva. Ele foi um dos principais interlocutores do governo brasileiro quando o assunto era África. José Aparecido de Oliveira, secretário do presidente Jânio Quadros, e Wladimir Murinho, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, mantiveram com Agostinho da Silva uma extensa correspondência sobre os detalhes do programa de bolsas de estudos para africanos.

Agostinho da Silva e demais pesquisadores do CEAO viam no recente interesse do governo brasileiro na África uma possibilidade de um aporte de recursos para ampliar suas pesquisas sobre as práticas “africanas” deixadas na Bahia, incluindo trabalhos de campo no continente africano. A conhecida “Escola Baiana” produzia pesquisas,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

principalmente, com relação à religiosidade conceituada como afro-brasileira expressada nos terreiros de candomblé. Muitos pesquisadores do CEAO e interlocutores, como o fotógrafo francês Pierre Verger, frequentavam os terreiros baianos e tinham uma relação próxima com o povo de santo.

A apresentação dos estudantes africanos à propagada religiosidade afro-baiana foi uma preocupação dos dirigentes do CEAO. Vivaldo da Costa Lima, leitor brasileiro em Ibadã e um dos principais responsáveis pela seleção dos bolsistas nigerianos, escreveu uma carta a Waldir Oliveira, então diretor do CEAO, em que recomenda ao amigo como os estudantes deveriam ser recebidos na Bahia.

Aí vão os meus negrinhos, todos bem dotados, e ávidos de civilização baiana. Isto sei que eles terão na Bahia, sob as vistas do Centro e dos amigos. (...) Os ingleses criaram uma ética estúpida para esses rapazes. Precisamos reaffricanizá-los na Bahia e mostrar-lhes o que realmente importa. (Espero saber o que realmente importa) (...) Veja que a turma do curso de Iorubá convida para suas casas (não importa o tipo nem nada) os estudantes⁴.

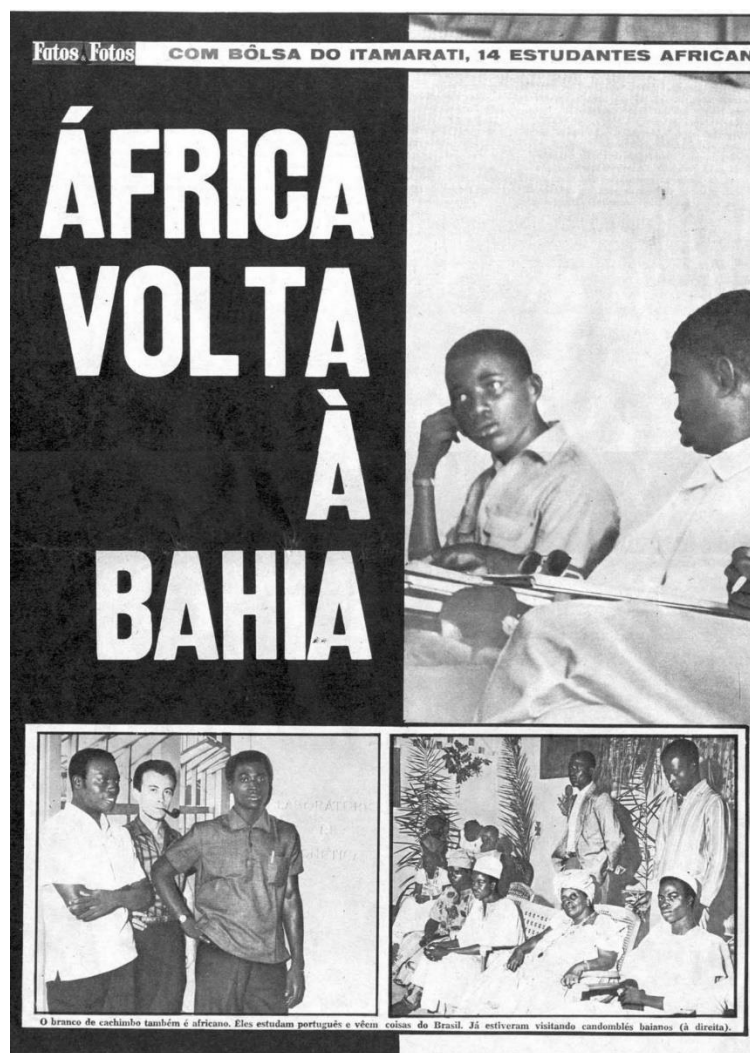
Interessante destacar que Costa Lima enfatiza em sua carta que os estudantes seriam “reaffricanizados” na Bahia, daí inferimos uma visão valorativa das tradições religiosas afro-baianas como herdeiras “legítimas” da África. Segundo Costa Lima, nos terreiros baianos, eles teriam oportunidade de encontrar com a “verdadeira” África a qual pertenciam. Em sua fala, ele marca uma diferença entre o que os bolsistas de ex-territórios colonizados pela Inglaterra, Nigéria e Gana, irão ver no Brasil e o que eles aprenderam nos sistemas educacionais colonialistas ingleses, principalmente nas escolas religiosas, no interior dos quais esses jovens teriam obtido sua formação básica.

A recomendação feita por Vivaldo da Costa Lima a Waldir Oliveira foi posta em prática. A reportagem da revista *Fatos e Fotos*, referida no início deste artigo, noticiou que os estudantes africanos conheceram os candomblés baianos e estampou a foto da visita ao terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, da ialorixá Mãe Senhora, de grande reputação entre os intelectuais do CEAO. Mãe Senhora se interessava em ter contato com os bolsistas nigerianos, considerado seus “parentes”. O contato com os iorubas significava para o povo-de-santo o contato com uma ancestralidade creditada aos povos ioruba, oriundos de Nigéria (OLIVEIRA JUNIOR, 2010, p. 122-161).

⁴ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Waldir Oliveira, em 27 de novembro de 1971. Acervo do CEAO.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A presença de um branco entre os estudantes africanos negros ganhou destaque na revista: “O branco de cachimbo também é africano”. O registro foi feito na legenda de uma das fotos em que aparece Claude René Cros, que na ficha de identificação no CEAO é registrado como francês, “branco como a neve”, mas que veio ao Brasil com passaporte de Senegal para fazer pós-graduação. A presença de Cros entre os africanos bolsistas também contrariou Mãe Senhora. Em entrevista ao pesquisador Cláudio Pereira, o então diretor do CEAO, Waldir Oliveira, lembra que foi interpelado para explicar o que “aquele branco estava fazendo em meio aos africanos dela” (OLIVEIRA, 2004, apud REIS, 2010, p. 277).



ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Reportagem publicada pela revista *Fatos e Fotos*, em janeiro de 1962, registra a chegada à Bahia dos primeiros estudantes africanos bolsistas do Itamaraty e destaca a presença de um branco entre eles.

O périplo por candomblés baianos também causou estranheza entre estudantes africanos que chegaram à Bahia. Em entrevista a Jerry Dávila (2011, p. 80), Waldir Oliveira lembra a experiência de uma estudante nigeriana⁵ nos terreiros baianos que revela as contradições entre a ideia dos brasileiros sobre a África e a dos africanos sobre o Brasil. De acordo com o relato, a estudante havia sido acomodada em um dormitório feminino da Universidade da Bahia e, durante as noites, não deixava suas companheiras de quarto dormir cantando hinos evangélicos de uma maneira histérica.

Oliveira relata que foi ver a estudante e ela tentou afastá-lo dizendo: “Não, você é xangô!”. A jovem não deixava que ninguém da universidade chegasse perto. Segundo o relato de Oliveira, um psiquiatra com laços afetivos com a Nigéria, George Alakija, internou a estudante em uma unidade psiquiátrica.

Ela tinha sido educada na Nigéria, em Lagos, num colégio de freiras anglicanas. E as freiras anglicanas se destacam por sua rigidez do ponto de vista religioso. Quando ela chegou à Bahia, tudo aquilo que ela havia aprendido a considerar como arte do Diabo, que são orixás, o candomblé, ela viu que todo mundo aceitava, porque passou e viu um Hotel chamado Hotel Oxumarê. Encontrou um outro hotel chamado Oxalá. Ela aí começou a se sentir perdida... no inferno. À noite, começou a não deixar ninguém dormir cantando hinos evangélicos para se proteger dos demônios. Para Freitas, "ela encontrou na Bahia uma África que ela, africana, não conhecia".⁶

O relato de Waldir Oliveira sobre o episódio confirma o que profetizou Vivaldo da Costa Lima na carta endereçada ao então diretor do CEAQ. As referências às entidades africanas encontradas na Bahia representavam para a jovem nigeriana tudo aquilo que ela aprendeu a temer e a considerar obra do Diabo no colégio de freiras anglicanas. Sob a tutela de uma educação religiosa cristã deixada pelos colonizadores ingleses, a estudante aprendeu a negar a cultura e a tradição dos povos africanos.

O mito da democracia racial e o racismo à brasileira

⁵ Jerry Dávila não revela o nome da estudante nem a data que teria ocorrido o fato. Nas pesquisas realizadas nesta pesquisa de doutorado não encontramos uma nigeriana nos dois primeiros grupos de bolsistas do Itamaraty.

⁶ Entrevista de Jerry Dávila com Waldir Freitas de Oliveira, 2 de agosto de 2006. (DÁVILA, 2011, p. 80.)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No esforço de atrair os olhares dos africanos, principalmente dos novos líderes das nações africanas recém-independentes, a diplomacia brasileira também se empenhou em apresentar o Brasil em um exemplo a ser seguido. Políticos e intelectuais que defendiam e/ou ajudavam a implementar a política externa do Brasil voltada para o continente africano projetavam a ideia de que o Brasil ocupava um papel especial nessa relação por sua pretensa democracia racial. A ideia de que o país era diferente das outras nações – e melhor – em razão da mistura racial brasileira e dos níveis de penetração das influências africanas em sua cultura eram presentes nos discursos oficiais voltados para a África.

O conceito de democracia racial ganhou notoriedade por sua associação direta ao sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987)⁷, um dos mais importantes pesquisadores brasileiros na década de 1930 e autor de uma interpretação histórica do Brasil que destacou a mestiçagem como elemento fundamental na formação do povo brasileiro. A ideia de que no Brasil não existia discriminação racial dava sentido à política brasileira voltada ao continente africano, mas não se sustentava diante da realidade da vida dos negros brasileiros.

Na carta endereçada ao então diretor do CEAO, já referida, Vivaldo da Costa Lima expõe a preocupação de que os estudantes africanos pudessem sofrer racismo na Bahia. Costa Lima fez recomendações a Waldir Oliveira para evitar a circulação deles em lugares da elite baiana e, conseqüentemente, majoritariamente branca.

É bom que eles logo se virem em toda parte e se misturem com toda a gente. Convém evitar lançamentos no "society" por enquanto nem afetações neo-racistas dos falsos brancos da Bahia... Nada de levar os rapazes em clubes aonde eles não iriam se não fossem "estudantes africanos"... Nada, sobretudo, de Associação Atlética, onde há segura discriminação contra pretos. Espantoso mas verdadeiro⁸.

Não podemos inferir que Costa Lima tinha a pretensão de achar que os bolsistas africanos não percebessem que no Brasil existia racismo. Talvez ele quisesse evitar que

⁷ De acordo com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Gilberto Freyre nunca usou o termo “democracia racial” explicitamente, mas apenas seu sinônimo “democracia étnica”. Guimarães afirma que o uso do termo “democracia racial” aparece com as pesquisas empreendidas por Roger Bastide no nordeste brasileiro, influenciado pela leitura de Gilberto Freyre. Segundo Guimarães, Bastide usa pela primeira vez o termo democracia racial ao refletir sobre a ordem social que era própria à ideia de democracia brasileira, ideologia que se baseia na ausência de distinções rígidas entre brancos e negros, divulgada como uma forma original de cultura miscigenada, livre e festiva. (GUIMARÃES, 2002).

⁸ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Waldir Oliveira, em 27 de novembro de 1971. Acervo do CEAO.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

episódios ocorressem nas excursões promovidas pelo CEAO. E quando não se podia negar a patente desigualdade e a discriminação racial no Brasil, a imprensa, intelectuais e políticos disseminaram à época a ideia de que o preconceito racial era algo residual.

Como esse intercâmbio aparece nos jornais brasileiros, os sentidos do que seria viver no Brasil, mesmo por curto espaço de tempo, nos revelam uma outra face da política externa”. Refiro-me a um nível ideológico que se encontra subjacente à receptividade da imprensa baiana (...) que destacava a existência de preconceito racial como algo residual, ao mesmo tempo que ressaltava a nossa tolerância para com as diferenças raciais (SANTOS, 2005, p. 48-50).

Casos de racismo contra estudantes africanos negros bolsistas do Itamaraty foram noticiados pela imprensa brasileira. Em um deles, ocorrido em Belo Horizonte, o estudante cabo-verdeano, Christovão Morais, a senegalesa Collete Diallo e o guineense Fidelis Cabral haviam sido impedidos de se hospedar no Brasil Pálace Hotel, mesmo tendo um apartamento reservado pelo Itamaraty.⁹ O jornal *Correio da Manhã*, de 21 de julho de 1962, publicou uma matéria sobre o caso com o título “Preconceito racial em hotel de BH”.

A situação provocou a revolta dos intercambistas que, na matéria, pediam que o Itamaraty tomasse providências para enquadrar os responsáveis pelo estabelecimento na Lei Afonso Arinos.¹⁰ A legislação, aprovada 10 anos antes, no dia 3 de julho de 1951, foi a primeira a tornar contravenção penal a discriminação racial. Curiosamente, a lei era de autoria do então deputado federal pela UDN, Afonso Arinos de Melo Franco, que havia sido o primeiro ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros e um dos mentores da política africana.

Em um outro caso de discriminação contra estudantes africanos repercutiu na imprensa carioca e paulista. No dia 27 de abril, dois estudantes foram impedidos de entrar em duas boates em Copacabana, Zona Sul carioca. O dono teria alegado que não havia mais espaço nos locais. Na edição do jornal *Diário Carioca*, do dia 28 de abril, o caso foi relatado e, diante da repercussão negativa, o Itamaraty enviou cópia da Lei Afonso Arinos

⁹ “Preconceito racial em hotel de BH”. Jornal *Correio da Manhã*, em 21 de julho de 1962, 1º caderno, p. 15.

¹⁰ Segundo notícias, a motivação para elaborar a lei veio depois de um caso de discriminação envolvendo a bailarina afro-americana Katherine Dunham que foi impedida, em razão da sua cor, de se hospedar em um hotel em São Paulo. O caso não teve tanta notoriedade no Brasil, mas repercutiu negativamente no Exterior.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ao estabelecimento “fazendo-se sentir a consideração que merecem esses como quaisquer outros estudantes estrangeiros que estejam no Brasil”¹¹.

Na mesma matéria, Abdias do Nascimento, importante ativista contra o racismo no Brasil, foi entrevistado e fez duras críticas ao Itamaraty acusando o órgão de perpetuar em sua estrutura o racismo, pois quase não existia diplomatas negros àquela época. “Por mais paradoxal que pareça, sempre houve racismo no Brasil. E a coisa vem de dentro do próprio Itamaraty, onde homem de cor não entra, por melhor que seja”. Nascimento criticou que os bolsistas africanos estivessem sofrendo discriminação racial “num país que se diz amigo”, podendo tal situação criar “sérios problemas para o nosso governo”¹².

De acordo com sua esposa, o ganense Francis Quaye também foi vítima de racismo dentro do próprio ambiente acadêmico. Segundo Marlisa Quaye, 80 anos, em entrevista à autora deste artigo, no dia 9 de setembro de 2020, seu esposo, já falecido, relatou que pediu ao Itamaraty a transferência do curso de Medicina de São Paulo para a Universidade Federal do Rio de Janeiro após se sentir discriminado nas aulas de autonomia. “Lembro que Francis não era de se queixar, mas ele me disse que nas aulas de Anatomia, dos 1º e 2º anos do curso de Medicina, ele achava que era preterido. Ele não recebia material para fazer as autópsias”¹³.

Marlisa diz acreditar que Francis Quaye quis concluir o curso no Rio de Janeiro por considerar a cidade mais tolerante aos estudantes africanos. “São Paulo era muito fechado e eu acho que tinha mais preconceito. O Rio sempre foi mais aberto às diferenças”, afirmou. Marlisa afirma que no Rio de Janeiro, Francis frequentava reuniões em que havia outros estudantes africanos e brasileiros interessados em aprender mais sobre o continente africano.

Portugal: a pedra no sapato do governo brasileiro

O apoio histórico do Brasil à Portugal e seu sistema colonial e seu sistema colonial foi uma questão a ser enfrentada pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) para implementar a política africana. O Brasil até que ensaiou se afastar do antigo aliado, principalmente nas votações da ONU que previam sanções a Portugal por sua

¹¹ “Avisa a ‘boites’ que racismo é proibido”. Jornal Diário Carioca, 28 de abril de 1962.

¹² “Avisa a ‘boites’ que racismo é proibido”. Jornal Diário Carioca, 28 de abril de 1962.

¹³ Entrevista com Marlisa Quaye, 9 de setembro de 2020, por telefone.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ocupação na África, mas enfrentou grande pressão interna de políticos e parte da sociedade brasileira e também da diplomacia lusa.

Dário Moreira de Castro Alves (CASTRO apud CERVO, 2000, p. 23) define o caráter especial das relações mantidas entre Brasil e Portugal. “O relacionamento de Portugal com o Brasil foi, em sua essência, mais íntimo e entrelaçado do que qualquer outra metrópole europeia e seus respectivos territórios coloniais”, baseando-se em “quatro elementos de valor perpétuo: (...) sangue, língua, cultura e passado comum”.

Apesar da pressão, os governos de Jânio Quadros e João Goulart instituíram uma série de ações voltadas para o continente africano. Entre 1961 e 1962, foram criados o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) e o Grupo de Trabalho do Departamento Cultural e de Informações do Itamaraty para suprir o governo de informações sobre o continente africano e, principalmente, formular ações culturais que *reavivassem* os laços afetivos entre Brasil e África. Foram abertas embaixadas em Gana, Nigéria, Quênia e Senegal que se transformaram em instâncias de publicidade do Brasil.

A criação do programa de bolsas de estudos para africanos custeado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) atendia a uma reivindicação recorrente dos novos líderes africanos que tinham a necessidade de formar quadros técnicos para seus governos. De acordo com Jerry Dávila (2011, p. 146), o presidente do Senegal, Léopold Senghor, foi um dos líderes africanos que soube se utilizar das políticas brasileiras com relação à África para buscar benefícios reais para os africanos.

Senghor foi um ativo defensor das independências africanas e reivindicou que o governo brasileiro ofertasse bolsas de estudos não só para jovens de países africanos independentes, mas também de colônias portuguesas. O projeto senegalês, segundo Dávila (*idem*), usou de apelos morais e sentimentais e de uma constante pressão política para conseguir seu objetivo.

Parece-me ingênuo afirmar que a inclusão de dois estudantes vindos de colônias portuguesas nos primeiros grupos de bolsistas, o guineense Fidelis Cabral e o cabo-verdiano, Cristóvão de Moraes, tenha sido um cochilo da diplomacia brasileira. Cândido Mendes, assessor direto de Jânio Quadros e um dos formuladores do programa de intercâmbio acadêmico, em entrevista ao historiador Jerry Dávila, afirmou se lembrar que os estudantes da África portuguesa que vinham ao Brasil como bolsistas eram, em sua

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

maioria, ativistas pela independência e, com isso, o intercâmbio significava “estar trazendo uma semente subversiva para o Brasil”¹⁴.

A estratégia não passou despercebida pela diplomacia portuguesa que emitiu inúmeras correspondências ao Brasil reclamando da decisão do Brasil de conceder bolsas a estudantes de territórios não independentes e exigindo providências do governo brasileiro sobre a atuação de Fidelis Cabral e Cristóvão de Moraes no Brasil. Para burlar os protestos do governo português, Fidelis Cabral e Cristóvão de Moraes chegaram ao Brasil com passaportes senegaleses.

Fidelis Cabral e Cristóvão de Moraes eram quadros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No Brasil, Cabral e Moraes conciliavam os estudos, respectivamente, em Direito na Universidade de São Paulo (USP) e em Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com as atividades de divulgação da luta de libertação nacional nos territórios invadidos por Portugal.

Quando esteve no Brasil, Fidelis Cabral manteve uma correspondência assídua com Amílcar Cabral e Aristides Pereira, dirigentes do PAIGC, relatando sua atividade de divulgação da causa africana e angariando apoios. “Não tenho poupado esforços a fim de poder nos colocar à altura da missão que o nosso partido me confiou. Com efeito, a minha passagem pelos Estados do Rio, Guanabara e São Paulo foi um marco de sucesso”¹⁵. Cabral realizou uma série de conferências e entrevistas. Em 1963, Fidelis Cabral retornou a Guiné Bissau para se somar às frentes do PAIGC na guerra de libertação.

Em 1964, Cabral retornou ao Brasil como delegado para a América Latina do PAIGC. Sua missão era divulgar a luta de liberação na Guiné entre a sociedade brasileira e conseguir apoio do Brasil, tanto do governo quanto da sociedade civil, para a concessão de novas bolsas de estudos para africanos e donativos para a população vitimada pelo conflito. Fidelis recebeu suporte e apoio para suas atividades do PSB, da UNE, do jornal *Portugal Democrático* e do embaixador do Senegal no Rio, Henri Senghor. Ele realizou atividades no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte¹⁶.

¹⁴ Entrevista Jerry Dávila com Candido Mendes em 24 de novembro de 2006. (DÁVILA, 2011, p. 148)

¹⁵ Carta a Aristides Pereira, sem data. Acervo Fundação Mário Soares. Casa das Áfricas.

¹⁶ Todos os passos de Fidelis Cabral no Brasil, principalmente, os contatos realizados foram detalhadamente relatados em ampla documentação enviada pela Embaixada de Portugal no Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Segundo relatórios, Cabral concedeu entrevistas à imprensa escrita, à TV Excelsior, manteve contatos com o PSB a UNE e ainda foi homenageado no Gabinete do Presidente da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em comício realizado, no dia 4 de fevereiro de 1964, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, Cabral expôs detalhes sobre a ação política desenvolvida pelo PAIGC e conclamou as entidades presentes a ajudar o povo africano. O comício realizado por Fidelis Cabral na ABI rendeu um amplo e detalhado relatório redigido por Carlos Eduardo Machado, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar de Portugal, e enviado ao Ministério de Negócios Estrangeiros (MNE). O discurso proferido pelo guineense e o debate realizado ao final da fala foram gravados e transcritos.

Segundo o relatório enviado ao MNE, o comício foi patrocinado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e contou com o apoio de várias entidades, entre elas a UNE. Entre os presentes, estavam o angolano José Lima de Azevedo, como representante do MPLA, professores, intelectuais, sindicalistas e estudantes africanos do Senegal, Cabo Verde, Nigéria, Angola e Serra Leoa. Em sua fala, Fidelis Cabral explicou que tipo de ajuda o Brasil poderia oferecer ao PAIGC.

Nós temos necessidade de defender as nossas vidas e os nossos bens. Porém, não dispomos de meios materiais suficientes, a empresa é gigantesca. Falta-nos armas, víveres, medicamentos, roupas, sapatos, etc. Devemos resolver urgentemente o problema da assistência aos nossos combatentes e às nossas populações. No que concerne à preparação de quadros partimos de zero. Por isso, dedicamos um trabalho especial e urgente na preparação dos nossos jovens para que amanhã possam assumir com dignidade as suas responsabilidades dentro de um país livre e independente. Mas para isso necessitamos de bolsas de estudo e de outras facilidades para o integral cumprimento dessa tarefa¹⁷.

O pedido de bolsas de estudos, que beneficiou o próprio Fidelis Cabral, foi uma demanda recorrente apresentada pelos movimentos nacionalistas africanos a organizações e a grupos de países estrangeiros que ofereciam ajuda. A intenção era formar quadros capacitados para gerir a nova nação após a independência. Em resposta ao apelo feito ao Brasil por Fidelis Cabral, Abdias Nascimento propôs que fossem formuladas propostas concretas de ajuda ao movimento nacionalista da Guiné.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fidelis Cabral - Comício na Associação Brasileira de Imprensa. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹⁷ O comício realizado por Fidelis Cabral na ABI - Rio de Janeiro rendeu um amplo e detalhado relatório redigido por Carlos Eduardo Machado do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. O discurso do guineense e o debate realizado ao final foram gravados e transcritos. Informação secreta. Análise do comício realizado na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro por Fidelis Cabral. 12/03/1964. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos para o MNE. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Foi aprovada então a proposta de que o Sindicato dos Professores do Estado da Guanabara solicitaria oficialmente ao Itamaraty a concessão de novas bolsas de estudo para estudantes oriundos da Guiné. Na ocasião, Fidelis Cabral expôs que uma das dificuldades era que o governo brasileiro não tinha oficialmente um programa específico de bolsas para as colônias portuguesas, somente contemplando nações já independentes.

Nós das colônias portuguesas não temos uma parte das bolsas que o Itamaraty dedica aos países africanos. Mas sim os países independentes, aliás, embora precisem, mas precisam menos que nós. Incompreensivelmente, eles é que têm essa vantagem. Não estou de modo nenhum fazendo uma crítica. Não. Estou simplesmente lamentando que o Itamaraty não passe por cima das relações de afectividade que ligam Brasil e Portugal e nos conceda também, já que as nossas relações de afectividade também existem, etnicamente, na constituição do Brasil.¹⁸

Em seu discurso, Fidelis Cabral tomou o cuidado de não se colocar frontalmente contra as relações entre Brasil e Portugal, mas não deixou de reivindicar tratamento também especial para os países africanos. Apesar da diplomacia de Cabral, as posições eram exponencialmente contraditórias.

Em março, em nova conferência, promovida na sede do Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, Fidelis Cabral insistiu no pedido de bolsas de estudos ao governo brasileiro, especificando nas áreas de mecânica e enfermagem. Segundo reportagem do jornal *Última Hora*, Fidelis Cabral afirmou que a economia da Guiné já começava a crescer nos territórios ocupados pelo PAIGC e que, portanto, era cada vez mais urgente a qualificação da mão de obra local. "Com os êxitos já alcançados, os combatentes pretendem desmentir as teorias difundidas pelos colonialistas, que alegam que 'os pretos não estão preparados para a independência'"¹⁹.

As trajetórias relatadas neste artigo de estudantes africanos bolsistas do Itamaraty nos revelam a reconfiguração de imaginários e discursos que passam a compor um novo momento de aproximação política, econômica e cultural entre os dois lados do Atlântico. Concordamos com Paulo Fagundes Vizentini (1998, p. 14) quando afirma que "a história das relações internacionais abarca a atuação não apenas dos estadistas, mas também de

¹⁸ Informação secreta. Análise do comício realizado na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro por Fidelis Cabral. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos para o MNE. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹⁹ "Líder africano em Niterói: 'Breve expulsaremos todo o colonialismo português'". *Última Hora*, 4 de março de 1964, p. 02. Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

indivíduos, instituições, empresas privadas, partidos políticos, igrejas, movimentos culturais e de opinião, entre tantos outros atores não tradicionais”.

As experiências desses estudantes, brevemente analisada neste artigo, nos permite romper a ideia de África construída no Brasil como identidade única, permanecida como “uma mesma” nação e “um mesmo” povo. São histórias que narram pluralidade de semelhanças mas também de diferenças. Nesta tese, tomamos para nós o desafio pertinente ao historiador, do qual fala Michel de Certeau (2011, p. 87), sobre perceber o fato histórico não como uma totalidade, mas como uma teia de relações formada por diferenças.

Bibliografia

ALBERTO, Paulina L. **Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial (1961-1963)**. Revista Afro-Ásia, nº 22, 2011, p. 97-150, p. 145. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_PLAlbero.pdf>. Acesso em: 01/12/2016.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lurdes Menezes. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980**. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LEITE, Patrícia Soares Leite. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

OLIVEIRA, H.A. e MOURÃO, F.A.A. **O processo de definição da Política Africana do Brasil**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **A Política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Editoria Lumen Juris, 2005, p. 53.

OLIVEIRA JUNIOR, G.B. **Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) –

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP).
São Paulo, 2010.

REIS, Luiza Nascimento dos. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. 2010. Dissertação (mestrado) – Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança negra no Brasil**. Salvador: Edufba, 2005.